



# PREFEITURA MUNICIPAL DE Balsa Nova

ocupando cargos ou funções nas Unidades Escolares e no Departamento Municipal de Educação, desempenham atividades docentes ou de especialistas, com vistas a atingir os objetivos da Educação;

**II - Professor - O Membro do Magistério** que exerce atividades docentes, oportunizando a Educação do aluno;

**III - Especialista de Educação** - o membro do Magistério que, tendo exercido a docência durante, no mínimo, 03 anos e possuindo a devida qualificação, desempenha atividades de administração, planejamento, orientação, supervisão e outras similares no campo da Educação;

**IV - Atividade do Magistério**, a dos Professores, e das Especialistas de Educação e a diretamente ligada no plano técnico-pedagógico, ao Órgão Municipal de Educação.

### TÍTULO II - Da Carreira do Magistério

#### CAPÍTULO I - Dos Princípios Básicos

**Art. 131** - A carreira do Magistério Público tem como princípios básicos:

I - Profissionalização dedicada ao Magistério estabelecido de acordo com o plano necessário;

a) - qualidade pessoal, formação adequada e constante atualização para o aperfeiçoamento da educação e possibilidade de acesso na carreira;

b) - adequada remuneração, levando em consideração a maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento e especialização;

c) - existência de boas condições de trabalho, pessoal e material adequado e material didático apropriado.

#### CAPÍTULO II - Da Estrutura da Carreira

**Art. 132** - A carreira do Magistério Público de Ensino de 1ª e 2ª graus é constituída de cargos agrupados em carreira de níveis de I a V, com assentos sucessivos de nível, cada um compreendendo graus de 1 a 12 na forma do Anexo I, parte integrante desta Lei.

**Parágrafo Único** - A classificação do pessoal do Magistério de 1º Grau, obedecerá à respectiva formação e qualificação profissional.

#### SEÇÃO - III - Dos Níveis

**Art. 133** - O número de cargos do Quadro do Magistério é o constante no Anexo III, parte integrante desta Lei.

**Parágrafo Único** - Os cargos criados por esta Lei, são enquadrados da seguinte forma, de acordo com o Anexo I, parte integrante desta Lei:

I - O primeiro elemento indica o Quadro;

II - o segundo indica a Área de Atuação;

III - o terceiro elemento indica o Nível;

IV - o quarto elemento indica o Avanço a ser identificado numéricamente, por índices de referência de 1 a 12.

#### SEÇÃO - IV - Das Áreas de Atuação

**Art. 134** - O Quadro do Magistério Municipal fica estruturado em duas áreas de atuação, de acordo com o Anexo I, parte integrante desta Lei:

I - Área de Atuação 1 de Pré a 4ª série do 1º Grau;

II - Área de Atuação 2 de Pré a 8ª série do 1º Grau.

#### SEÇÃO - V - Das Funções

**Art. 135** - As áreas de atuação são agrupadas em níveis, de acordo com a formação mínima para o exercício da profissão.

**Art. 136** - Os níveis estão assim distribuídos:

**Nível I** - Ocupado pelo integrante do Quadro do Magistério que possui habilitação de Grau Superior, com duração plena (licenciatura plena) ou Invasivo Orientador Educacional, Supervisor Escolar e Administrador Escolar.

**Nível II** - Ocupado pelo integrante do Quadro do Magistério que possui habilitação de Grau Superior, com duração curta (licenciatura de 1º Grau).

**Nível III** - Ocupado pelo integrante do Quadro do Magistério que possui habilitação de 2º Grau com quatro anos ou, 2º Grau com três anos e mais um ano de estudos adicionais.

**Nível IV** - Ocupado pelo integrante do Quadro do Magistério que possui habilitação específica de 2º Grau, com duração de três anos.

**Nível V** - Ocupado pelos professores a serem contratados pela administração Pública Municipal, que não possuem habilitação profissional na área de Magistério.

#### SEÇÃO - VI - Das Promoções

**Art. 137** - A promoção será apresentada por avanço horizontal e vertical.

**Art. 138** - Avanço horizontal efetiva-se na promoção atribuída ao Quadro do Magistério pelos critérios de tempo de serviço e merecimento, dentro do mesmo nível, consistindo no acréscimo acumulativo bienal de 5% ao vencimento-básico, a cada publicação para referência consecutiva, conforme o Anexo I desta Lei.

I - O avanço por critério de tempo de serviço constitui-se no progresso bienal contada a partir da data da contratação;

II - O avanço por critério de merecimento efetua-se através da comprovação pelo professor ou especialista, de cursos de aperfeiçoamento ou atualização, respeitando o número de créditos, que será fixado em Edital pelo Departamento de Educação na época em que se realiza esta promoção.

#### SEÇÃO - VII - Das Licenças

**Art. 139** - Por avanço vertical entende-se a progressão de um para outro nível, que será feita pelo critério exclusivo de habilitação do professor ou especialista, identificado numericamente de 4 a 1, conforme Anexo I, parte integrante desta Lei.

**Art. 140** - Deverá ser respeitado o interstício de dois anos entre a realização dos avanços horizontais.

**Art. 141** - O avanço vertical será realizado anualmente a critério de Departamento de Educação, mediante comprovação de conclusão de curso.

#### SEÇÃO - VIII - Das Vacâncias

**Art. 142** - A vacância de cargo decorrerá de:

I - promoção;

II - demissão;

III - reintegração;

IV - aposentadoria;

V - falecimento.

#### SEÇÃO - IX - Das Atribuições

**Art. 143** - O professor ou especialista em Educação será contratado pelo Departamento de Educação, mediante aprovação em concurso público, obedecendo ao seguinte critério:

I - profissionalização adequada e constante atualização para o aperfeiçoamento da educação e possibilidade de acesso na carreira;

II - adequada remuneração, levando em consideração a maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento e especialização;

III - existência de boas condições de trabalho, pessoal e material adequado e material didático apropriado.

### TÍTULO III - Dos Direitos e Vantagens

#### CAPÍTULO I - Das Disposições Gerais

**Art. 144** - São direitos do pessoal do Magistério Público Municipal:

I - receber remuneração de acordo com nível de habilitação, o tempo de serviço, o regime de trabalho, conforme o estabelecido nesta Lei, independentemente da série ou função em que se atue;

II - escolher e aplicar livremente os processos didáticos e as formas de avaliação de aprendizagem, observadas as diretrizes do Sistema Municipal de Ensino;

III - dispor no ambiente de trabalho, de instalações e material didático adequado, para exercer com eficiência suas funções;

IV - participar no processo de planejamento de atividades relacionadas com a educação;

V - usufruir das demais vantagens previstas nesta Lei.

#### CAPÍTULO II - Dos Vencimentos

**Art. 145** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO III - Das Disposições Gerais

**Art. 146** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO IV - Das Disposições Gerais

**Art. 147** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO V - Das Disposições Gerais

**Art. 148** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO VI - Das Disposições Gerais

**Art. 149** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO VII - Das Disposições Gerais

**Art. 150** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO VIII - Das Disposições Gerais

**Art. 151** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO IX - Das Disposições Gerais

**Art. 152** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO X - Das Disposições Gerais

**Art. 153** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO XI - Das Disposições Gerais

**Art. 154** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO XII - Das Disposições Gerais

**Art. 155** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO XIII - Das Disposições Gerais

**Art. 156** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

### TÍTULO IV - Das Disposições Gerais

#### CAPÍTULO I - Das Disposições Gerais

**Art. 157** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO II - Das Disposições Gerais

**Art. 158** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO III - Das Disposições Gerais

**Art. 159** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO IV - Das Disposições Gerais

**Art. 160** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO V - Das Disposições Gerais

**Art. 161** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO VI - Das Disposições Gerais

**Art. 162** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO VII - Das Disposições Gerais

**Art. 163** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO VIII - Das Disposições Gerais

**Art. 164** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO IX - Das Disposições Gerais

**Art. 165** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO X - Das Disposições Gerais

**Art. 166** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO XI - Das Disposições Gerais

**Art. 167** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO XII - Das Disposições Gerais

**Art. 168** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

#### CAPÍTULO XIII - Das Disposições Gerais

**Art. 169** - O professor ou Especialista em Educação será aposentado a critério da Previdência Social:

I - por invalidez;

II - voluntariamente após trinta (30) anos de efetivo exercício no magistério para os homens;

III - voluntariamente após vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no magistério para as mulheres;

IV - compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE Balsa Nova

serviço militar obrigatório, terá direito a licença pelo prazo necessário, na forma de legislação em vigor, à vista de documento oficial que comprove a convocação.

### SEÇÃO - V - Licença para Alimentar

**Art. 170** - Será concedida licença de seis horas por turno, no início ou final de expediente, a critério do integrante do Quadro do Magistério Público Municipal, para amamentação de filho legítimo ou adotivo, mediante apresentação de Registro de Nascimento ou documento judicial de adoção de recém-nascido.

### SEÇÃO - VI - Licença para Casamento e Luto

**Art. 171** - O integrante do Quadro do Magistério terá direito a licença para casamento ou luto, conforme o previsto na C.L.T.

### SEÇÃO - VII - Das Férias

**Art. 172** - As férias dos membros do magistério, após um ano de exercício profissional, serão usufruídas no período de repouso escolar.

**Art. 173** - Aos integrantes do Quadro do Magistério à disposição do Departamento de Educação serão concedidas férias, conforme prevê a C.L.T.

### SEÇÃO - VIII - Das Férias

**Art. 174** - Para o pessoal docente e especialista em educação, em exercício nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, o período de férias será fixado em calendário escolar anual.

### SEÇÃO - IX - Das Férias

**Art. 175** - Para o pessoal docente e especialista em educação, em exercício nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, o período de férias será fixado em calendário escolar anual.

### SEÇÃO - X - Das Férias

**Art. 176** - Para o pessoal docente e especialista em educação, em exercício nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, o período de férias será fixado em calendário escolar anual.

### SEÇÃO - XI - Das Férias

**Art. 177** - Para o pessoal docente e especialista em educação, em exercício nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, o período de férias será fixado em calendário escolar anual.

### SEÇÃO - XII - Das Férias

**Art. 178** - Para o pessoal docente e especialista em educação, em exercício nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, o período de férias será fixado em calendário escolar anual.

### SEÇÃO - XIII - Das Férias

**Art. 179** - Para o pessoal docente e especialista em educação, em exercício nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, o período de férias será fixado em calendário escolar anual.

### SEÇÃO - XIV - Das Férias

**Art. 180** - Para o pessoal docente e especialista em educação, em exercício nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, o período de férias será fixado em calendário escolar anual.

### SEÇÃO - XV - Das Férias

**Art. 181** - Para o pessoal docente e especialista em educação, em exercício nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, o período de férias será fixado em calendário escolar anual.

### SEÇÃO - XVI - Das Férias

**Art. 182** - Para o pessoal docente e especialista em educação, em exercício nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, o período de férias será fixado em calendário escolar anual.

### SEÇÃO - XVII - Das Férias

**Art. 183** - Para o pessoal docente e especialista em educação, em exercício nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, o período de férias será fixado em calendário escolar anual.

### SEÇÃO - XVIII - Das Férias

**Art. 184** - Para o pessoal docente e especialista em educação, em exercício nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, o período de férias será fixado em calendário escolar anual.

### SEÇÃO - XIX - Das Férias

**Art. 185** - Para o pessoal docente e especialista em educação, em exercício nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, o período de férias será fixado em calendário escolar anual.

sendo permitido porém, fazer críticas de modo impessoal e construtivo do ponto de vista doutrinário e da organização e eficiência do serviço educacional;

II - ausentar-se do Estabelecimento de Ensino, durante o expediente, por motivo injustificado ou sem conhecimento dos superiores;

III - exercer atividades político-partidárias dentro do Estabelecimento de Ensino;

IV - organizar manifestações de apreço ou desprezo dentro do estabelecimento ou tornarem-se solidário com os mesmos;

V - retirar, sem autorização do superior, qualquer material em documento pertencentes ao Estabelecimento de Ensino; conceder a outra pessoa, sem a autorização prevista em Lei, o uso de qualquer documento que lhe compete;

VII - receber comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie, em razão de suas funções;

VIII - exercer atividades estranhas às relacionadas com Magistério durante a jornada de trabalho.

### TÍTULO V - Das Disposições Gerais

#### SEÇÃO - I - Das Disposições Gerais

**Art. 186** - Fica criado o Quadro do Magistério Público Municipal, que será constituído de cargos de Professores e de Especialistas de Educação, nos termos do Estatuto e de acordo com os anexos, que fazem parte integrante desta Lei.

#### SEÇÃO - II - Das Disposições Gerais

**Art. 187** - Os professores em habilitação serão classificados no nível 05 de acordo com o anexo I, com a remuneração prevista no anexo IV, e terão acesso automático ao nível de referência I, por ocasião da obtenção de título de formação profissional na área de Magistério.

#### SEÇÃO - III - Das Disposições Gerais

**Art. 188** - Os professores e Especialistas em Educação do Município de Balsa Nova ficam enquadrados de acordo com o anexo IV desta Lei, para efeito de ajustamento de suas respectivas atividades funcionais a esta Legislação Especial.

#### SEÇÃO - IV - Das Disposições Gerais

**Art. 189** - Fica enquadrados os Professores Municipais do Quadro do Magistério, na forma prevista neste artigo:

**Art. 190** - Os professores em habilitação admitidos até 30.06.74, serão enquadrados no nível V do anexo IV.

**Art. 191** - Os professores em habilitação admitidos entre 01.07.74 a 30.06.79, serão enquadrados no nível IV do anexo IV.

**Art. 192** - Os professores em habilitação admitidos entre 01.07.79 a 30.06.84, serão enquadrados no nível III, do anexo IV.

**Art. 193** - Os professores em habilitação admitidos entre 01.07.84 até a data da publicação desta Lei, serão enquadrados no nível II, do anexo IV.

#### SEÇÃO - V - Das Disposições Gerais

**Art. 194** - Fica enquadrados os Professores Municipais do Quadro do Magistério, na forma prevista neste artigo:

**Art. 195** - Os professores com habilitação admitidos até 30.06.74, serão enquadrados no nível V, do anexo V.

**Art. 196** - Os professores com habilitação admitidos entre 01.07.74 a 30.06.79, serão enquadrados no nível IV do anexo V.

**Art. 197** - Os professores com habilitação admitidos entre 01.07.79 a 30.06.84, serão enquadrados no nível III, do anexo V.

**Art. 198** - Os professores com habilitação admitidos entre 01.07.84 até a data da publicação desta Lei, serão enquadrados no nível II, do anexo V.

#### SEÇÃO - VI - Das Disposições Gerais

**Art. 199** - Os professores com Licenciatura obedecerão os mesmos critérios adotados no artigo anterior, de acordo com o anexo III.

**Art. 200** - Os casos omissos na presente Lei serão regulamentados por Decreto do Executivo.

**Art. 201** - A presente Lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

#### SEÇÃO - VII - Das Disposições Gerais

**Art. 202** - Os casos omissos na presente Lei serão regulamentados por Decreto do Executivo.

**Art. 203** - A presente Lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

#### SEÇÃO - VIII - Das Disposições Gerais

**Art. 204** - Os casos omissos na presente Lei serão regulamentados por Decreto do Executivo.

**Art. 205** - A presente Lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

#### SEÇÃO - IX - Das Disposições Gerais

**Art. 206** - Os casos omissos na presente Lei serão regulamentados por Decreto do Executivo.

**Art. 207** - A presente Lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

#### SEÇÃO - X - Das Disposições Gerais

**Art. 208** - Os casos omissos na presente Lei serão regulamentados por Decreto do Executivo.

**Art. 209** - A presente Lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.